

OS BRICS NA ROTA DA DESDOLARIZAÇÃO

Lincoln Pinheiro Costa¹
Solange Rodrigues dos Santos Corrêa²

RESUMO: Este estudo analisa os desafios e oportunidades da criação de uma moeda comum entre os países do BRICS, em um contexto de busca por maior autonomia financeira e desdolarização. A proposta da moeda R₅ (unidade de conta composta por uma cesta de moedas nacionais), é examinada em comparação com a experiência da União Europeia (UE) na criação do Euro. Com base em uma metodologia bibliográfica, qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, o trabalho utiliza a técnica de análise de conteúdo para organizar o conhecimento existente sobre o tema. Os resultados indicam que os BRICS compartilham a percepção de que a hegemonia do dólar representa uma vulnerabilidade econômica e geopolítica, o que motiva a busca por alternativas. No entanto, a análise crítica da proposta R₅ revela obstáculos significativos, como as diferenças estruturais entre as economias, a falta de coordenação de políticas macroeconômicas e as implicações para a soberania monetária. A comparação com a UE evidencia uma profunda disparidade institucional: enquanto a UE construiu uma base sólida de integração econômica e política antes de lançar o Euro, os BRICS não dispõem de estruturas jurídicas e supranacionais semelhantes. Diante disso, conclui-se que a implementação de uma moeda comum nos moldes europeus é improvável no curto prazo. Ainda assim, o estudo aponta avanços pragmáticos em curso, como o uso crescente de moedas locais, o desenvolvimento de sistemas de pagamento alternativos ao Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (SWIFT) e o fortalecimento do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). A pesquisa contribui ao demonstrar que a integração monetária exige mais do que vontade política, demanda bases institucionais e econômicas consolidadas.

430

Palavras-Chave: BRICS. R₅. Desdolarização. Integração Monetária.

¹Graduando em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA-NI) na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil, juiz federal e ex-procurador da Fazenda Nacional. Graduado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e MBA em Direito e Economia pela FGV. Membro do Instituto Santiago Dantas de Direito e Economia. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8457-4061>.

²Professora Titular Nível Pleno do DCAC (Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis) na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil. - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6849-8242>.

ABSTRACT: This study examines the challenges and opportunities involved in creating a common currency among BRICS countries, amid growing efforts toward financial autonomy and global monetary diversification. It investigates the relevance of de-dollarization and the feasibility of the proposed R5 currency, drawing a critical comparison with the European Monetary Union and the creation of the Euro. A qualitative, bibliographic methodology with an exploratory and descriptive approach is adopted, using content analysis to organize existing knowledge on the topic. Findings reveal that BRICS countries broadly agree that the dominance of the U.S. dollar poses economic and geopolitical vulnerabilities, prompting interest in alternative arrangements. However, the R5 proposal faces significant economic, political, and technical hurdles, including structural asymmetries, difficulties in coordinating policies, and threats to monetary sovereignty. The comparison with the European Union highlights a wide institutional gap. The EU spent decades building political and economic integration before introducing the Euro, whereas the BRICS lack a comparable legal framework and supranational institutions. Therefore, the creation of a Euro-style common currency remains unlikely in the short term. Nonetheless, the study identifies pragmatic progress in de-dollarization. Initiatives such as the increased use of local currencies in trade, the development of payment systems outside the SWIFT network, and the growing role of the New Development Bank (NDB) illustrate alternative paths. The research contributes to the debate by showing that political will alone is insufficient; successful monetary integration requires a strong foundation of economic convergence and shared governance structures.

Keywords: BRICS. R5. De-dollarization. Monetary Integration.

1. INTRODUÇÃO

A globalização e a crescente interdependência econômica entre as nações incentivam os blocos regionais e internacionais a buscar maior autonomia financeira e diversificação de suas moedas de reserva. Nesse contexto, os países que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) emergiram como atores influentes na economia mundial, desafiando a hegemonia do dólar estadunidense explorando alternativas que fortaleçam sua posição no cenário internacional. Um dos debates atuais mais relevantes nesse sentido é a possibilidade da criação de uma moeda comum entre os membros do BRICS, uma iniciativa que pode redefinir o equilíbrio de poder nas transações internacionais e na dinâmica financeira global. Diante desse cenário, surge a questão central que este estudo pretende responder: quais são os desafios e as oportunidades para a criação de uma moeda comum entre os países membros dos BRICS, considerando as experiências passadas de outras uniões monetárias, como a criação do Euro?

A relevância deste problema de pesquisa reside na mudança significativa que uma moeda comum dos BRICS representaria no cenário econômico e geopolítico mundial. A criação de uma moeda própria para o bloco poderia oferecer uma alternativa ao dólar, diminuindo a dependência em relação à moeda estadunidense e, conseqüentemente, diminuindo a

vulnerabilidade dos países membros às oscilações econômicas e políticas externas. Além disso, a criação de uma moeda comum entre nações com estruturas econômicas e políticas tão diversas levanta questões problemáticas que impedem uma análise cuidadosa dos benefícios, riscos e implicações para o equilíbrio financeiro e geopolítico global.

Para abordar esta questão, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a previsão e os desafios de criação de uma moeda comum para os países membros do BRICS, realizando uma comparação com a criação do Euro e considerando as condições econômicas e políticas atuais. Os objetivos específicos incluem: (i) investigar os fatores históricos e econômicos que motivaram a formação do bloco BRICS e a proposta de uma moeda comum; (ii) identificar os principais desafios econômicos, políticos e técnicos envolvidos na criação dessa moeda; (iii) comparar as experiências da União Europeia na criação do Euro com a proposta dos BRICS; (iv) avaliar as possíveis vantagens e desvantagens de uma moeda comum para os países membros do BRICS; e (v) propor recomendações fundamentadas em uma análise comparativa e nas evidências coletadas ao longo da pesquisa.

Este estudo será conduzido por meio de uma metodologia bibliográfica, baseada em uma revisão abrangente da literatura existente, incluindo pesquisas acadêmicas, relatórios de organizações internacionais e estudos de caso. Essa abordagem possibilita uma análise crítica e fundamentada das teorias e práticas sobre a criação de moedas comuns, permitindo uma compreensão detalhada das potencialidades e limitações de uma moeda própria para o BRICS. Além disso, a pesquisa visa fornecer subsídios relevantes para o debate sobre a evolução do sistema financeiro internacional e alternativas ao dólar como moeda de referência nas transações internacionais, contribuindo para futuros estudos sobre o tema.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Histórico e formação dos BRICS

O acrônimo BRIC foi inicialmente cunhado em 2001 por Jim O'Neill, economista da Goldman Sachs, para descrever as economias emergentes de Brasil, Rússia, Índia e China, que se destacavam pelo seu rápido crescimento e potencial de influência global. O'Neill previu que esses países, juntos, poderiam desempenhar um papel central na economia mundial no futuro, desafiando as economias mais avançadas do Ocidente. A inclusão da África do Sul em 2010 transformou o grupo em BRICS, ampliando a representação do bloco no cenário geopolítico global (BRICS, 2023).

Desde o início, o grupo foi reconhecido pela diversidade de suas economias e pelo seu objetivo comum de reformar a governança global, buscando maior representação nos organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Stuenkel, 2015). A primeira reunião formal entre os líderes dos BRICs ocorreu em 2009, em Yekaterinburg, na Rússia, um marco importante que consolidou o grupo como uma força emergente, disposta a discutir uma agenda comum em questões econômicas e políticas (BRICS, 2009). O grupo passou a se encontrar anualmente em cúpulas, com o objetivo de fortalecer sua influência e buscar soluções conjuntas para desafios globais.

A formação do grupo BRICS está intimamente ligada ao desejo de fortalecer a cooperação Sul-Sul e criar um contrapeso às potências ocidentais. Os países do bloco compartilham a busca por maior autonomia nas suas decisões econômicas e políticas, além de uma visão comum de um mundo multipolar, no qual o poder estaria mais distribuído entre diferentes regiões e economias. As diversas crises econômicas e geopolíticas ao longo das últimas décadas, como as sanções econômicas impostas à Rússia e as disputas comerciais entre China e EUA, só reforçaram a importância de o grupo buscar maior integração econômica e financeira, como restou expresso na declaração da Cúpula realizada no Rio de Janeiro em julho de 2025 (BRASIL, 2025).

433

A cooperação entre os países do BRICS tem evoluído significativamente ao longo dos anos, resultando na criação de diversas iniciativas e instituições que visam fortalecer os laços econômicos e políticos entre os membros. Um marco importante foi a criação do NDB em 2014, cujo objetivo é financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, não apenas nos países membros, mas também em outras economias emergentes. Este banco representa uma alternativa às instituições financeiras tradicionais, como o Banco Mundial e o FMI, e reforça o compromisso dos BRICS com a reforma da governança econômica global. Recentemente, a presidente do NDB, Dilma Rousseff, anunciou que o banco pretende ter 30% de sua carteira em moedas locais até 2026, o que reforça ainda mais a autonomia financeira dos países membros (BRASIL, 2025).

Além do NDB, os BRICS estabeleceram o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), destinado a fornecer suporte financeiro aos membros em tempos de crise de liquidez. Este mecanismo reflete a intenção dos BRICS de promover uma rede de segurança financeira dentro do grupo, reduzindo sua dependência das instituições financeiras ocidentais (Ribeiro, Marigoni, 2019).

No âmbito político, os BRICS têm se posicionado de maneira coordenada em diversos fóruns internacionais, buscando promover uma agenda que reflita os interesses das economias emergentes. As cúpulas anuais dos BRICS servem como plataforma para discutir temas globais, como mudanças climáticas, segurança energética, e reforma das Nações Unidas, além de promover a cooperação em áreas como ciência e tecnologia, saúde e intercâmbio cultural (Saran, 2013).

A diversidade cultural e econômica dos países do BRICS é tanto um desafio quanto uma oportunidade. Enquanto diferenças em sistemas políticos e interesses nacionais podem complicar a tomada de decisões coletivas, essa diversidade também oferece uma riqueza de perspectivas e experiências que podem ser aproveitadas para desenvolver soluções inovadoras para desafios comuns como, por exemplo, na atual guerra tarifária promovida pelo presidente estadunidense Donald Trump.

2.2. Desafios na Criação de uma Moeda Comum para o BRICS

- Desafios econômicos, políticos e técnicos.

A criação de uma moeda comum para o BRICS apresenta desafios econômicos, políticos e técnicos. Entre os desafios econômicos, encontra-se a assimetria entre os países membros dos BRICS, agravada pela inclusão de novos membros (BRICS PLUS), bem como com a criação da categoria de membros associados.

Harmonizar políticas monetárias e fiscais entre economias tão diversas implica um grande desafio econômico, sendo extremamente complexa a definição de uma taxa de câmbio realista e sustentável para essa nova moeda. Além disso, gerir reservas cambiais e coordenar políticas macroeconômicas, requer um elevado grau de cooperação e confiança mútuas entre os membros do BRICS.

Os desafios políticos não são menos relevantes, pois os membros do BRICS possuem diferentes sistemas políticos e regimes de governo. Chegar a um consenso político sobre a estrutura, governança e operação da nova moeda é um processo prolongado e desafiador.

A criação de moeda única importa ceder o controle da política monetária para uma entidade supranacional. Mostra que a soberania monetária constitui tema crítico nas discussões internacionais, especialmente em blocos econômicos como o BRICS.

Por fim, os desafios técnicos: criar uma moeda comum requer a construção de infraestrutura financeira robusta. Isso inclui desenvolvimento de sistemas eficientes e seguros

de pagamento e compensação. A complexidade se intensifica devido às diferenças nos sistemas financeiros existentes entre os membros.

Não obstante, desde a sua fundação, ainda antes da adesão da África do Sul, a criação da moeda comum já era ventilada e tem se mostrado necessária aos países do Sul-Global.

Portanto, como vem alertando Batista Jr (2024), a dependência do dólar nas transações internacionais deixa vulneráveis os países que não se alinham aos interesses geopolíticos dos EUA, o qual vem se valendo da sua moeda, de forma cada vez mais agressiva, para buscar objetivos políticos e geopolíticos.

Também Obu (2024) anota que, com o passar dos anos, o uso do dólar perdeu credibilidade nas transações internacionais. Ele cita alguns exemplos de eventos que comprometeram a credibilidade e integridade do dólar: o fim do padrão ouro em 1971, no governo Nixon; a excessiva emissão do dólar para financiar a Guerra do Vietnã; o congelamento de ativos em dólar mantidos por países que os EUA retaliem, como a Rússia, o Irã e a Venezuela.

Se a criação da moeda comum encerra inextrincáveis desafios econômicos, políticos e técnicos, a desdolarização no âmbito das transações comerciais entre os membros dos BRICS já é uma realidade e a criação de meios de pagamento em substituição ao SWIFT, baseado no dólar e suscetível ao implemento de sanções econômicas, foi incentivado na última Cúpula dos BRICS realizada na Rússia em 2024.

435

Com efeito, a Declaração Final da Cúpula (BRASIL, 2024), proclamou que diante dos desafios inerentes à criação de uma moeda comum, os BRICS têm avançado de maneira pragmática na busca por maior autonomia financeira e redução da dependência do dólar, especialmente no comércio internacional. A Cúpula de 2024 evidenciou esse movimento ao incentivar o fortalecimento das redes de pagamentos em moedas locais e a criação de infraestruturas financeiras independentes, como o BRICS Clear. A continuidade dessas discussões e a implementação gradual dessas iniciativas demonstram o compromisso do bloco com a construção de um sistema financeiro mais equilibrado e resiliente, capaz de reduzir a vulnerabilidade dos países-membros a sanções externas e de impulsionar sua integração econômica. Assim, ainda que a criação de uma moeda única permaneça um objetivo distante e desafiador, a consolidação de mecanismos alternativos de pagamento já se configura como um passo concreto para uma maior independência financeira do bloco.

2.3. Experiências de Uniões Monetárias: O Caso do Euro

- Análise comparativa: Similaridades e diferenças

O Euro é um exemplo bem sucedido de moeda comum adotado pela União Europeia, sendo, segundo Badaró (2007), a segunda moeda em uso e em reservas internacionais. Além de ser amplamente utilizada no comércio internacional, o Euro consolidou-se como a segunda principal moeda de reserva do mundo, ficando atrás apenas do dólar, o que evidencia sua aceitação global.

Até chegar ao nível de União Econômica e Monetária, a União Europeia passou por diversos níveis de integração econômica, iniciando com o Tratado de Roma de 1957 que estabeleceu a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e marcou o início do mercado comum, eliminando barreiras ao comércio entre os membros fundadores: Alemanha Ocidental, França, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo.

Mais tarde, o Tratado de Maastricht (1992), que entrou em vigor em 01 de novembro de 1993, criou a União Europeia e estabeleceu as bases para a União Econômica e Monetária (UEM), introduzindo a moeda única, o euro, a qual entraria em circulação somente no ano de 2002.

Citando Paul Krugman (2005), Badaró (2007) explica que no final da década de 1960 os países da União Europeia coordenaram suas taxas de câmbio e políticas macroeconômicas visando incrementar o papel europeu no sistema monetário internacional. O sistema em vigor havia sido criado na Conferência de Bretton Woods, em 1944, e funcionava da seguinte maneira: cada país manteria suas taxas de câmbio fixas em relação ao dólar, e o dólar manteria sua taxa em relação ao ouro.

De acordo com Badaró (2007), durante as décadas de 1960 e 1970, os Estados Unidos enfrentaram déficits públicos contínuos, causados pelos elevados gastos associados ao chamado “estado de bem-estar social”, além de déficits externos decorrentes de sua posição de destaque no sistema monetário internacional. Esses fatores fizeram com que a manutenção do regime de câmbio fixo se tornasse cada vez mais onerosa para o país. Em 1973, o presidente Richard Nixon decidiu abandonar o sistema de câmbio fixo. Nesse cenário, os países europeus começaram a perceber a necessidade de criar uma moeda capaz de atuar com relevância no âmbito internacional.

Inicialmente, a UE criou uma moeda virtual, a European Currency Unit (ECU), composta por uma cesta de moedas europeias, em que todos os países da UE deveriam manter uma taxa de câmbio fixa em relação à ECU e o sucesso dessa iniciativa desaguou na criação da moeda única.

Podemos concluir, de passagem, que a criação do Euro teve como causa a mesma razão que impulsiona os BRICS para a desdolarização: a dependência em relação ao dólar dificultava, no caso europeu, a criação de um mercado interno unificado; no caso dos BRICS, o uso do dólar como arma fragiliza seus componentes.

No entanto, os BRICS não constituem sequer o primeiro nível de integração econômica, a área de livre comércio, caracterizada pela eliminação ou redução de tarifas alfandegárias entre os países-membros.

A União Europeia é uma União Econômica e Monetária, bloco econômico que se caracteriza não só por adotar moeda comum, mas também por coordenar suas políticas econômicas, fiscais e monetárias, além de manter instituições supranacionais, como o Parlamento Europeu e o Banco Central Europeu. Diferentemente da União Europeia, os BRICS ainda não dispõem de um tratado jurídico formal para integração monetária, tampouco estabeleceram critérios de convergência fiscal e econômica entre seus membros. Dessa forma, conclui-se que há um longo percurso a percorrer antes que o BRICS tenha sua moeda, todavia a criação de meios alternativos de pagamento está na ordem do dia.

437

Com efeito, a exclusão da Rússia do SWIFT, rede que conecta mais de 11.000 instituições financeiras em mais de 200 países e é essencial para o comércio global, causou profundos impactos em sua economia e impulsionou, no âmbito dos BRICS, a decisão criar um sistema alternativo de pagamento.

Ayub (USP, 2024) explica que o Sistema de Pagamentos no âmbito dos BRICS funcionaria por meio de uma rede de bancos comerciais nacionais interligados aos respectivos bancos centrais, utilizando tecnologia blockchain para registrar e transferir tokens digitais respaldados por moedas nacionais. Esse arranjo permitiria a conversão direta entre as moedas do bloco, evitando a necessidade de transações em dólares. Quando implementado, o Sistema proporcionaria uma forma rápida e segura de realizar operações em moedas locais e poderia ser imune a sanções políticas destinadas a excluir países do comércio internacional, como ocorreu no caso da Rússia, impedida de acessar o SWIFT (GEBRICS, 2024).

Contudo, isso não eliminaria a necessidade de moedas que funcionem como reserva de valor no sistema monetário internacional (como o dólar americano e o Euro), tampouco é equivalente ou similar a uma moeda comum para o bloco que seria um passo mais significativo na tentativa de gradual desdolarização. Portanto, a trajetória em direção à almejada criação da moeda dos BRICS deverá passar por etapas preliminares, sujeitas a diversos obstáculos técnicos e políticos.

2.4. Vantagens e Desvantagens de uma Moeda Comum para o BRICS

- Benefícios e riscos de uma integração monetária

A proeminência global do dólar estadunidense nas transações internacionais expõe intrinsecamente as economias, particularmente as dos países do BRICS, a vulnerabilidades significativas. Essa dependência acarreta suscetibilidade a flutuações cambiais e a impactos diretos das políticas monetárias dos EUA, o que pode comprometer a estabilidade econômica interna e as relações comerciais. A introdução de uma moeda comum no âmbito do BRICS surge, assim, como uma medida estratégica para mitigar essa exposição externa, promovendo uma estabilidade e previsibilidade mais robustas para o comércio e as finanças intrabloco, o que, por sua vez, pode fortalecer a resiliência coletiva do grupo.

438

Do ponto de vista puramente econômico, uma moeda comum traria benefícios substanciais. Ao eliminar a necessidade de múltiplas conversões cambiais e os custos e riscos a elas associados, as operações comerciais seriam simplificadas de forma significativa. Embora o intercâmbio comercial entre os membros do BRICS tenha apresentado crescimento nos últimos anos, ele ainda representa uma parcela relativamente pequena do volume total de suas transações globais. A remoção dessas barreiras cambiais através de uma moeda unificada facilitaria a integração econômica, impulsionando o comércio intrabloco e, consequentemente, estimulando um crescimento econômico mais vigoroso para todos os países participantes.

Além das vantagens econômicas diretas, a adoção de uma moeda comum projeta o BRICS como um ator geopolítico ainda mais influente no cenário global. Com a inclusão dos seis novos membros — Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Etiópia, Irã e Indonésia —, o bloco consolidou seu peso demográfico e econômico. Atualmente, o BRICS congrega 48,5% da população mundial, produz mais de 43% do petróleo, mais de 36% do gás natural e acima de 76% do carvão natural, além de deter 72% das reservas mundiais de minerais de terras raras e responder por cerca de 39% do Produto Interno Bruto (PIB) global (BRICS, 2025). Uma moeda

unificada não só catalisaria o crescimento interno, mas também serviria como um poderoso instrumento para reequilibrar o poder econômico mundial, promovendo uma ordem internacional mais multipolar.

Entretanto, a concretização de uma moeda comum para o BRICS enfrenta desafios complexos, majoritariamente enraizados na vasta diversidade cultural, social e institucional de seus membros. O bloco é composto por nações com sistemas políticos, estruturas econômicas e estágios de desenvolvimento significativamente distintos. Tais heterogeneidades podem gerar tensões inerentes e dificultar a harmonização de políticas essenciais. A busca por um consenso em áreas cruciais, como taxas de inflação, políticas fiscais e regimes cambiais, torna-se uma tarefa árdua, dadas as disparidades fundamentais que caracterizam cada economia (BRASIL, 2025).

A adoção de uma moeda comum envolve, sob a perspectiva dos riscos econômicos práticos, a perda da autonomia de política monetária por parte dos países membros. Isso significa que o controle sobre instrumentos como as taxas de juros e a administração cambial é transferido para uma entidade supranacional, restringindo a capacidade individual de cada nação de responder de forma independente a choques econômicos específicos ou de implementar estratégias de desenvolvimento adaptadas às suas realidades. Além disso, a sustentabilidade de uma união monetária requer um alto grau de convergência macroeconômica, compreendendo o controle da inflação, o gerenciamento responsável da dívida pública e a disciplina fiscal. Tais fatores são notoriamente difíceis de serem harmonizados entre economias tão distintas, o que eleva a complexidade na gestão de choques econômicos assimétricos (GEBRICS, 2024; WIKIPÉDIA, 2025).

439

Por fim, os desafios políticos e de governança para estabelecer e manter uma moeda comum são igualmente substanciais. A construção e operação de uma união monetária demandam estruturas de decisão supranacionais robustas, com capacidade clara para implementar e fiscalizar políticas comuns. Esse processo frequentemente exige uma considerável abdicação de soberania nacional, o que pode gerar resistência política significativa e entraves burocráticos. A tarefa de forjar e preservar a confiança e o consenso duradouros entre membros com variados interesses geopolíticos e diferentes graus de comprometimento com a governança compartilhada representa um obstáculo contínuo e fundamental para a longevidade e eficácia de uma moeda comum do BRICS.

2.5. Perspectivas Alternativas Para a Integração Financeira dos BRICS

A busca por alternativas à hegemonia do dólar no sistema financeiro internacional tem impulsionado importantes discussões acerca da integração financeira entre os países dos BRICS. Embora a criação de uma moeda comum seja destacada como uma das propostas mais ambiciosas, diversas outras alternativas também merecem atenção, considerando os complexos desafios econômicos, políticos e técnicos que envolvem o tema. Essas alternativas têm como objetivo fortalecer a autonomia financeira do bloco, reduzir a dependência do dólar e promover maior cooperação econômica entre os membros (Costa, 2025).

Uma das soluções apontadas como mais viáveis é a intensificação do uso de moedas locais nas transações comerciais e financeiras entre os países dos BRICS. Essa iniciativa pode mitigar a exposição às oscilações cambiais e reduzir os custos de conversão, além de fomentar maior estabilidade nas relações comerciais do bloco (Costa, 2025). Outra estratégia discutida, já abordada neste estudo, refere-se à criação de sistemas de pagamento alternativos ao SWIFT.

Dentre esses sistemas, destaca-se o Cross-Border Interbank Payment System (CIPS), desenvolvido pela China. Lançado oficialmente em 2015 pelo Banco Popular da China, o CIPS busca diminuir a dependência do sistema SWIFT nas transações internacionais em renminbi, impulsionando a internacionalização do yuan (Costa, 2025). Em estágio avançado de expansão, até 2024 o CIPS já contava com mais de 1.300 instituições financeiras conectadas em mais de 100 países, processando bilhões de dólares em transações diariamente (Costa, 2025).

440

Adicionalmente, o NDB, também chamado de Banco dos BRICS, presidido atualmente por Dilma Rousseff, vem desempenhando papel central no financiamento de obras de infraestrutura em países do Sul Global, especialmente em projetos de energia limpa e infraestrutura urbana. Esses financiamentos têm fortalecido os laços de solidariedade entre os países-membros, ao mesmo tempo em que reduzem a dependência de organismos financeiros tradicionais, como o FMI e o Banco Mundial (Costa, 2025; NDB, 2024).

No período de 2023 a 2024, o NDB desembolsou mais de 8 bilhões de reais para projetos de reconstrução no estado do Rio Grande do Sul — após as enchentes de maio de 2024 — e financiamentos voltados para energia limpa e infraestrutura (NDB, 2024).

A soma das riquezas dos países que integram o chamado BRICS plus - formato de cooperação ampliado que reúne, além dos membros originais, países convidados emergentes e em desenvolvimento -, com reservas de petróleo estimadas em 385,7 bilhões de barris e uma população de cerca de 3,83 bilhões de habitantes (aproximadamente 45% da população mundial),

confere ao bloco potencial significativo para influenciar a configuração de uma nova ordem mundial — processo no qual a desdolarização desempenha papel central (Costa, 2025).

2.5.1. Paulo Nogueira Batista Jr. e a Construção de um Sistema Financeiro Independente nos BRICS

Com base no artigo de Paulo Nogueira Batista Jr., publicado na Revista Fórum (2023), discute-se a proposta de criação de uma moeda comum para os BRICS como resposta à disfuncionalidade crescente do sistema monetário internacional. O autor argumenta que essa moeda seria uma alternativa ao arranjo vigente desde a Segunda Guerra Mundial, marcado pela hegemonia do dólar americano. Para ele, a grande contradição desse sistema é depender de uma moeda nacional, cuja administração segue interesses próprios dos EUA, que frequentemente não coincidem com os do resto do mundo. Esse arranjo segundo o autor permitiu aos EUA usar o dólar como ferramenta de poder geopolítico, principalmente ao aplicar sanções e congelamento de reservas internacionais de países adversários, como observado recentemente no caso russo. Por essas razões, ele argumenta que é legítima, e até necessária, a discussão sobre a criação de alternativas, como uma moeda comum dos BRICS, para promover a “desdolarização” das transações internacionais e fortalecer a autonomia dos países do bloco.

441

Batista Jr detalha possíveis caminhos para a arquitetura da moeda, inclusive apresentando o nome sugerido pelos russos, R₅ — referência à primeira letra de todas as moedas dos cinco países (real, rublo, rupia, renminbi e rand). Inicialmente, o R₅ seria criado como uma unidade de conta, estruturada por meio de uma cesta dessas cinco moedas, similar ao mecanismo do Direito Especial de Saque (DES) do FMI. Essa cesta teria pesos proporcionais ao tamanho relativo das economias: renminbi (China) com maior peso (40%), seguido por rupia (Índia – 25%), real (Brasil) e rublo (Rússia – 15% cada), e rand (África do Sul – 5%). A moeda poderia ter paridade inicial com o DES.

Ele ressalta que, nesse primeiro estágio, o R₅ serviria como unidade de denominação para transações e registros contábeis oficiais, e substituiria gradualmente o dólar em instituições como o NDB e o Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS. Outra proposta importante do autor é que não seria necessário criar um Banco Central conjunto para o bloco — o R₅ poderia ser gerido por um banco emissor dedicado, enquanto os bancos centrais de cada país manteriam autonomia em suas políticas monetárias nacionais. Ele também descarta a necessidade de moeda

física, sugerindo que o R5 seria digital e voltado, num primeiro momento, a transações entre bancos centrais dos BRICS.

Entre as principais vantagens, o autor destaca a potencial redução da dependência do dólar, aumento da autonomia financeira dos países dos BRICS e criação de uma alternativa sólida para reservas internacionais. A implantação da moeda poderia ser relativamente rápida e de baixo custo no estágio inicial, caso haja consenso político.

Entretanto, os desafios são muitos: o autor lembra que para uma moeda ser amplamente aceita, é preciso confiança e credibilidade, garantidas por uma emissão regulada e uma governança bem definida. Ele critica a proposta russa de “lastrear” a moeda em ouro, classificando-a como “ideia regressiva” e impraticável devido à volatilidade e às limitações do ouro como ativo de reserva. No lugar disso, sugere que o R5 seja lastreado em títulos garantidos pelos cinco governos do bloco, tornando-se uma moeda fiduciária – semelhante ao funcionamento do dólar e das grandes moedas internacionais.

A solução proposta por ele seria tornar o R5 conversível em títulos garantidos pelos cinco países. O Banco Emissor de R5 ficaria encarregado também de emitir R5 bonds, títulos R5, com diferentes prazos e taxas de juros. O R5 seria livremente conversível em títulos R5. Lastreada em ativos criados pelo próprio Banco Emissor, o R5 seria, na verdade, uma moeda fiduciária, da mesma natureza que o dólar e as demais moedas de liquidez internacional. Os títulos R5 seriam a expressão financeira concreta da garantia que os cinco países dariam à nova moeda.

442

O autor propõe as seguintes etapas para entrada em circulação do R5:

Inicialmente, começaria circular entre os bancos centrais e se estenderia gradualmente a outras operações governamentais e transações com bancos centrais extra-BRICS.

O NDB poderia contribuir, segundo o autor, de três formas para a desdolarização da economia mundial:

1º) Acelerar a desdolarização das suas operações ativas e passivas, emitindo títulos e realizando empréstimos nas moedas nacionais dos países membros do banco;

2º) por meio do seu departamento de pesquisa, apoiar estudos e conferências sobre a reforma do sistema internacional e a eventual criação do R5;

3º) numa etapa mais avançada, ajudar a colocar a nova moeda em circulação, realizando empréstimos e captações em R5.

Em síntese, a proposta da criação do R5 representa mais do que uma inovação monetária; trata-se de uma tentativa estratégica de reequilibrar o sistema financeiro internacional e reduzir

a dependência dos países em desenvolvimento em relação ao dólar. Embora os desafios técnicos e políticos sejam consideráveis, o plano proposto por Paulo Nogueira Batista Jr. oferece um caminho gradual, pragmático e potencialmente viável para promover maior autonomia econômica aos países do BRICS. O sucesso da iniciativa dependerá do compromisso político entre os membros, da construção de uma governança sólida e da capacidade de gerar confiança internacional na nova moeda.

3. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com base em revisão bibliográfica e análise de conteúdo. A metodologia foi escolhida por sua adequação aos objetivos do trabalho, que envolvem a compreensão aprofundada de um fenômeno complexo e em desenvolvimento: a criação de uma moeda comum entre os países do BRICS.

Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite reunir, sistematizar e analisar o conhecimento já produzido sobre determinado tema, favorecendo a formulação de interpretações consistentes. A abordagem qualitativa, conforme destaca Minayo (2001), busca compreender os significados, contextos e relações entre os fenômenos, ao invés de quantificá-los. Tal perspectiva é especialmente relevante em pesquisas bibliográficas que analisam discursos e tendências presentes na literatura sobre temas complexos e em evolução, como a proposta de criação de uma moeda comum pelos BRICS.

A pesquisa exploratória visa ampliar a familiaridade com o tema e identificar conceitos, hipóteses e lacunas ainda pouco desenvolvidas, enquanto a pesquisa descritiva, também conforme Gil (2019), busca observar e registrar as características do objeto estudado, permitindo a identificação de relações entre variáveis relevantes, como a desdolarização, a soberania monetária e os desafios políticos e técnicos de integração.

A coleta de dados foi realizada por meio da seleção criteriosa de livros, artigos acadêmicos, relatórios de organizações internacionais e documentos institucionais que abordam a proposta de moeda comum, experiências internacionais (como o Euro), e os processos de integração monetária e financeira entre os países do BRICS. Foram incluídas apenas fontes de acesso completo e relevância comprovada para os objetivos da pesquisa, conforme orientam Lakatos e Marconi (2017).

A análise do material foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), que possibilita a interpretação crítica de textos, a partir da identificação de ideias-chave, padrões argumentativos e categorias temáticas recorrentes. A partir dessa técnica, buscou-se articular diferentes perspectivas da literatura e construir uma visão coesa sobre o tema estudado.

A combinação entre revisão bibliográfica e análise de conteúdo mostrou-se eficaz para contextualizar a proposta de uma moeda comum no cenário econômico e geopolítico atual. Ainda que a pesquisa não envolva dados primários, oferece uma base teórica sólida para futuras investigações empíricas e comparativas sobre a integração financeira dos países do BRICS.

4. RESULTADOS

4.1. A Necessidade da Desdolarização: Uma Convergência de Percepções

Uma tendência central identificada na literatura é a crescente crítica à hegemonia do dólar estadunidense no sistema monetário internacional e a consequente busca pela desdolarização. Autores como Batista Jr. (2024) e Obu (2024) convergem na percepção de que a dependência do dólar representa uma vulnerabilidade geopolítica e econômica para os países, especialmente aqueles que não se alinham aos interesses dos Estados Unidos da América (EUA).

444

Batista Jr. (2024) argumenta que o sistema atual é “disfuncional” porque, ao depender de uma moeda nacional, sua administração reflete interesses próprios dos EUA, que frequentemente divergem dos do restante do mundo. Ele aponta o uso do dólar como “ferramenta de poder geopolítico”, evidenciado pela aplicação de sanções e congelamento de reservas internacionais, como no caso russo. Essa visão é corroborada por Obu (2024), que cita eventos históricos como o fim do padrão ouro em 1971 e a excessiva emissão do dólar para financiar a Guerra do Vietnã como marcos que “comprometeram a credibilidade e integridade do dólar” nas transações internacionais. Essa convergência de argumentos sustenta a urgência da busca por alternativas à moeda estadunidense.

4.2. A Proposta da Moeda Comum R5: Arquitetura e Desafios Intrínsecos

No contexto da desdolarização, emerge a proposta de uma moeda comum para os BRICS, com destaque para a sugestão russa da R5. Batista Jr. (2024) detalha essa proposta como uma “unidade de conta” inicial, estruturada como uma cesta das moedas dos cinco países

membros originais (Real, Rublo, Rupia, Renminbi e Rand), com pesos proporcionais ao tamanho de suas economias: 40% para o Renminbi, 25% para a Rupia, 15% para o Real e o Rublo, e 5% para o Rand. A R5 seria digital e voltada, em um primeiro momento, para transações entre bancos centrais. Uma divergência notável apresentada por Batista Jr. é sua crítica à proposta russa de lastrear a moeda em ouro, classificando-a como “ideia regressiva” e impraticável devido à volatilidade do ouro; em vez disso, ele sugere que a R5 seja lastreada em títulos garantidos pelos governos dos BRICS, configurando-a como uma moeda fiduciária.

Contudo, a criação de tal moeda enfrenta desafios multifacetados. Stuenkel (2017), embora admitindo que o BRICS tem o potencial de moldar a governança global, assinala que o bloco enfrenta desafios internos e externos que podem limitar sua capacidade de ação. Assim, a assimetria entre as economias dos membros, os distintos sistemas políticos e regimes de governo, a dificuldade de se obter consenso sobre a estrutura e governança de uma nova moeda, são obstáculos que dificultam a concretização do ideal no curto prazo.

4.3. Avanços Pragmáticos na Integração Financeira dos BRICS

Diante dos intrínsecos desafios da moeda comum, os BRICS têm demonstrado uma tendência a adotar abordagens mais pragmáticas para a integração financeira e a redução da dependência do dólar. A Declaração Final da Cúpula de 2024, incentivou o fortalecimento das redes de pagamentos em moedas locais e a criação de infraestruturas financeiras independentes, como o BRICS Clear.

Essa abordagem se manifesta em iniciativas concretas:

Aumento do uso de moedas locais: Uma das alternativas mais viáveis para reduzir a exposição a flutuações cambiais e custos de conversão, promovendo maior estabilidade comercial.

Criado em 2014, o NDB, presidido por Dilma Rousseff desde março de 2023 e reconduzida em 2025 para novo mandato até 2030, tem se consolidado como uma alternativa às instituições financeiras ocidentais, como o FMI e o Banco Mundial. Entre 2023 e 2024, o NDB desembolsou mais de 8 bilhões de reais para financiamentos de energia limpa, infraestrutura urbana e reconstrução no Brasil (BPMoney, 2023; O Globo, 2023; GOV.BR, 2024).

Arranjo Contingente de Reservas (ACR): Estabelecido para fornecer suporte financeiro aos membros em tempos de crise de liquidez, visando reduzir a dependência de instituições financeiras ocidentais.

Sistemas de Pagamento Alternativos ao SWIFT: A exclusão da Rússia do SWIFT acelerou a busca por sistemas alternativos, como o CIPS (Cross-Border Interbank Payment System) da China, que, embora promova a internacionalização do Yuan, já conecta mais de 1.300 instituições financeiras em mais de 100 países (Costa, 2025). Ayub (USP, 2024) descreve um potencial sistema BRICS baseado em blockchain para transações em moedas nacionais, o que, embora não seja uma moeda comum, oferece um caminho para evitar a necessidade de transações em dólares.

Esses avanços indicam um padrão de integração financeira gradual e multifacetada, focada em fortalecer a autonomia do bloco e mitigar riscos externos.

4.4. Análise Comparativa: Euro vs. BRICS – Convergências, Divergências e Lacunas na Integração Monetária

A comparação entre a experiência da União Europeia na criação do Euro e a atual conjuntura dos BRICS revela tanto semelhanças em relação às motivações quanto diferenças profundas no estágio de integração e na estrutura econômica dos blocos.

Convergências quanto às Motivações: A criação do Euro e a busca por uma moeda comum para o BRICS compartilham a motivação central de reduzir a dependência do dólar. No caso europeu, a dependência do dólar dificultava a criação de um mercado interno unificado. Já no caso dos BRICS, a motivação está centrada no uso geopolítico do dólar pelos Estados Unidos, que enfraquece a autonomia dos países do bloco.

Divergências quanto ao estágio de integração: as diferenças se tornam mais evidentes ao se comparar o nível de integração econômica. Enquanto a União Europeia percorreu todas as etapas clássicas de integração — desde a área de livre comércio até a união monetária —, os BRICS ainda não constituem sequer o primeiro nível formal de integração econômica, que é a área de livre comércio, caracterizada pela eliminação ou redução de tarifas alfandegárias entre os países membros.

Essa diferença revela uma lacuna fundamental. A União Europeia passou por décadas de integração gradual, avançando de uma comunidade econômica para um mercado comum e, por fim, para uma União Econômica e Monetária. Essa união não apenas adotou uma moeda comum, como também passou a coordenar políticas econômicas, fiscais e monetárias de forma integrada. Além disso, conta com instituições supranacionais consolidadas, como o Parlamento Europeu e o Banco Central Europeu, que conferem legitimidade e estabilidade ao bloco.

Os BRICS carecem de tais níveis de integração e governança supranacional, o que representa um desafio estrutural significativo e uma das maiores divergências em relação à trajetória europeia. A diversidade cultural e econômica, as disparidades no tamanho das economias e as diferenças políticas e ideológicas entre os membros do BRICS são apontadas como fatores que geram tensões e desequilíbrios, dificultando a harmonização de políticas.

Lacunas na Literatura: O estudo aponta que, por ser "predominantemente bibliográfico", não inclui "dados empíricos primários ou simulações econômicas", o que limita a avaliação aprofundada dos impactos potenciais de uma moeda comum. Além disso, a própria literatura revela uma lacuna de consenso entre os membros do bloco sobre a temática abordada, indicando que o debate ainda está em andamento e que novas deliberações vêm sendo discutidas nas últimas cúpulas do bloco, incluindo a realizada no Brasil em julho de 2025. Essa falta de consenso entre os atores reais da política econômica do bloco constitui uma contradição relevante na viabilidade imediata da proposta.

Em resumo, a análise revela que, embora a necessidade de desdolarização seja um ponto de convergência e os BRICS estejam avançando em iniciativas pragmáticas de integração financeira, a criação de uma moeda comum nos moldes do Euro é um objetivo distante devido às profundas divergências estruturais e à ausência de um nível de integração econômica e política comparável ao da União Europeia em seus estágios iniciais. As lacunas na pesquisa empírica e o contínuo debate entre os próprios membros do bloco reforçam a complexidade do tema.

Diante dos elementos históricos, institucionais e econômicos analisados, torna-se pertinente estabelecer uma comparação entre a experiência da União Europeia com o Euro e a proposta de criação da moeda comum dos BRICS, o R5. A tabela a seguir sintetiza as principais semelhanças e diferenças entre esses dois modelos de integração monetária.

Tabela Comparativa: Euro vs proposta R5 (Moeda dos BRICS)

Aspecto	União Europeia / Euro	BRICS / Proposta R5
Nível de Integração Econômica	União Econômica e Monetária formal (mercado comum + moeda única)	Não há integração econômica formal. Cooperação é diplomática e setorial.
Instituição Monetária Central	Banco Central Europeu (BCE), com autoridade supranacional	Proposta de banco emissor dedicado, sem afetar os bancos centrais nacionais

Moeda Física / Digital	Moeda física e digital (Euro) em circulação para cidadãos e empresas	Proposta de moeda exclusivamente digital, inicialmente restrita a bancos centrais
Governança	Parlamento Europeu, Comissão Europeia, BCE e Tribunal de Justiça	Não há órgãos supranacionais permanentes; decisões por consenso em cúpulas anuais
Base legal e jurídica	Tratado de Maastricht, Tratado de Lisboa	Não há tratado monetário vinculante entre os BRICS
CrITÉRIOS de Convergência	Déficit público $\leq 3\%$, dívida pública $\leq 60\%$ do PIB, inflação controlada	Nenhum critério definido; assimetrias econômicas entre os países persistem
Desencadeador do processo	Ruptura do sistema de Bretton Woods e busca de coesão europeia	Sanções geopolíticas, perda de confiança no dólar e busca por autonomia financeira
Moeda de reserva internacional?	Sim, segunda maior moeda de reserva do mundo	Proposta para ser reserva regional; aceitação internacional ainda incerta
Estado atual	Moeda consolidada, mas com tensões fiscais e divergências políticas internas	Proposta em fase conceitual e de testes em transações entre bancos

Fonte: elaboração própria

A comparação evidencia que, embora ambos os blocos compartilhem o desejo de reduzir a dependência do dólar e ampliar sua autonomia monetária, os BRICS ainda se encontram em uma fase inicial de articulação institucional e econômica. Enquanto a União Europeia avançou por meio de tratados formais, critérios de convergência e a criação de um banco central supranacional, os BRICS operam sob uma lógica mais flexível, sem instrumentos jurídicos vinculantes. Essa diferença estrutural torna o processo de criação de uma moeda comum no âmbito dos BRICS mais complexo e gradual, reforçando a importância de etapas intermediárias, como o uso ampliado de moedas locais, o fortalecimento de sistemas de pagamento regionais e a construção de mecanismos multilaterais de confiança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a navegar pela intrincada questão da possibilidade de criação de uma moeda comum para os países membros do BRICS, buscando desvendar os desafios e as oportunidades inerentes a essa iniciativa e, crucialmente, comparando-a com a experiência consolidada da criação do Euro na União Europeia. Ao longo da pesquisa, os objetivos

específicos traçados foram meticulosamente abordados através de uma metodologia bibliográfica robusta e da análise de conteúdo da literatura pertinente.

Conseguimos investigar os fatores históricos e econômicos que impulsionaram a formação do bloco BRICS e a crescente ambição por uma moeda comum, desde a concepção do acrônimo BRIC por Jim O'Neill em 2001 até a inclusão da África do Sul em 2010 e, mais recentemente, a expansão para o que hoje se convencionou chamar de BRICS PLUS.

Paralelamente, identificamos e esmiuçamos os complexos desafios econômicos, políticos e técnicos que se erguem como barreiras significativas à concretização dessa moeda. A comparação com a trajetória da União Europeia na adoção do Euro forneceu um prisma analítico valioso, permitindo-nos discernir as convergências motivacionais, mas, sobretudo, as profundas divergências estruturais entre os dois blocos.

Por fim, avaliamos as potenciais vantagens e desvantagens de tal união monetária e exploramos as perspectivas alternativas de integração financeira que já estão em curso e que se mostram mais palpáveis no cenário atual.

A interpretação dos achados, fundamentada no referencial teórico que permeia a economia monetária internacional e os processos de integração regional, revela uma tendência inegável e crescente em direção à desdolarização do sistema financeiro global. A análise converge com a visão de autores como Paulo Nogueira Batista Jr. e Obu, que apontam a "disfuncionalidade" do sistema monetário internacional atual, onde a hegemonia do dólar americano, administrado segundo os interesses geopolíticos dos EUA, expõe outras nações a vulnerabilidades econômicas e sanções políticas.

449

Essa crítica à dependência do dólar é a força motriz que unifica o BRICS na busca por alternativas, um eco da motivação europeia que, décadas atrás, também buscou maior autonomia frente ao dólar para consolidar seu mercado interno e fortalecer sua projeção internacional. Há uma clareza palpável na literatura sobre a percepção de que a dependência excessiva de uma única moeda de reserva e de um sistema de pagamentos global centralizado representa um risco inaceitável para a soberania econômica e a estabilidade dos países do Sul Global.

No entanto, a pesquisa evidencia que, apesar dessa convergência de motivações e da urgência percebida, há uma distância abissal entre a aspiração dos BRICS por uma moeda comum e as condições preexistentes que pavimentaram o caminho para o Euro. O referencial teórico sobre uniões monetárias, incluindo os critérios de áreas monetárias ótimas, aponta para

a necessidade de um elevado grau de integração econômica, harmonização de políticas fiscais e monetárias e a existência de instituições supranacionais fortes e capazes de gerir os inevitáveis choques assimétricos e as crises de liquidez.

A União Europeia dedicou décadas à construção de um mercado comum, à coordenação política e à criação de instituições robustas antes de aventurar-se na moeda única. Em contraste, como revelado no estudo, os BRICS ainda não alcançaram sequer o nível de uma área de livre comércio plena entre seus membros, o que representa um desafio fundamental e, talvez, o maior impedimento prático para uma união monetária nos moldes do Euro.

As assimetrias econômicas gritantes entre os membros (como o peso desproporcional da China), a diversidade de regimes políticos e a natural preservação da soberania monetária de cada nação membro são pontos de fricção que, sob a ótica da teoria de integração, dificultam enormemente a viabilidade de uma moeda única em curto ou médio prazo. Embora a proposta da R5 por Paulo Nogueira Batista Jr. apresente uma arquitetura interessante como unidade de conta, ela ainda está a anos-luz de uma moeda fiduciária plenamente integrada, dependendo da superação de barreiras políticas e técnicas substanciais. A ausência de um Banco Central supranacional, com poder de decisão sobre a política monetária de todo o bloco, é um dos maiores entraves a serem superados.

450

Este estudo oferece diversas contribuições para o campo da economia política internacional e para o debate sobre o futuro do sistema monetário global. Em termos acadêmicos, ele consolida uma vasta gama de literatura sobre um tema complexo e em constante evolução, proporcionando uma análise sistemática dos múltiplos fatores que influenciam a possibilidade de uma moeda BRICS.

A comparação detalhada e crítica com a experiência do Euro serve como um valioso estudo de caso comparativo, enriquecendo a compreensão das nuances e pré-requisitos da integração monetária em diferentes contextos. No âmbito prático, a pesquisa fornece subsídios críticos para formuladores de políticas e stakeholders interessados no futuro financeiro do BRICS, ao traçar um panorama realista dos desafios e oportunidades.

Ao destacar a natureza pragmática das iniciativas de desdolarização – como o fortalecimento do uso de moedas locais nas transações comerciais, a expansão de sistemas de pagamento alternativos ao SWIFT (como o CIPS) e o papel crescente do NDB e do ACR, o estudo aponta caminhos mais viáveis e imediatos para a autonomia financeira do bloco, em contraste com a meta de uma moeda única que, por ora, parece distante.

Essas iniciativas representam passos concretos rumo a um sistema financeiro mais equilibrado e resiliente, capaz de mitigar a vulnerabilidade a sanções externas e impulsionar a integração econômica interbloco. Teoricamente, o trabalho reforça a tese de que a mera vontade política e a convergência de interesses em relação a um fator externo (a hegemonia do dólar) não são suficientes para a criação de uma união monetária sem um substrato de integração econômica profunda, institucionalização supranacional robusta e uma coordenação fiscal e monetária bem estabelecida.

O caso BRICS, quando comparado ao Euro, ilustra que a jornada para uma moeda comum é um processo gradual e multifacetado, que exige uma coerência macroeconômica e uma governança compartilhada que ainda estão em formação.

Como todo empreendimento científico, este trabalho possui limitações. Destaca-se a ausência de dados empíricos primários ou de simulações econômicas, em razão do caráter bibliográfico da pesquisa, que se fundamenta na interpretação e síntese de dados secundários. Essa abordagem, embora essencial para a construção de um referencial teórico sólido e para a consolidação do conhecimento existente, limita a capacidade de quantificar precisamente os impactos potenciais de uma moeda comum ou de avaliar cenários econômicos futuros com base em modelagens originais e dados primários.

451

Além disso, o recorte temático, focado na moeda e na desdolarização, implica que outras dimensões importantes e interconectadas da cooperação BRICS – como segurança, cultura, cooperação tecnológica ou desenvolvimento social – não foram exploradas em profundidade. É crucial reconhecer também que o cenário geopolítico e geoeconômico em que os BRICS estão inseridos é extremamente dinâmico e sujeito a mudanças rápidas.

As discussões e os consensos dentro do bloco são fluidos, e a própria literatura consultada por vezes reflete essa "lacuna de consenso" entre os atores, o que significa que o estado da arte aqui apresentado é um retrato de um momento específico em um processo contínuo de evolução, negociação e adaptação.

As portas, contudo, estão abertas para novas e instigantes possibilidades de pesquisa. Seria de grande valia a realização de estudos empíricos que quantifiquem os benefícios e custos da desdolarização para os países do BRICS, utilizando, por exemplo, modelos econométricos para analisar os fluxos comerciais em moedas locais ou os impactos da volatilidade cambial e da dependência do dólar nos balanços de pagamento.

Aprofundar-se em estudos de caso sobre o sucesso ou insucesso de iniciativas de pagamentos alternativos, como o CIPS chinês, em diferentes contextos geográficos e econômicos, seria igualmente relevante. Pesquisas futuras poderiam, ainda, explorar os desafios e oportunidades da expansão do BRICS (BRICS PLUS) e como a inclusão de novos membros, com suas próprias especificidades econômicas, políticas e geográficas, impacta a viabilidade de uma moeda comum ou de uma integração financeira mais profunda.

Modelagens prospectivas sobre diferentes cenários de integração monetária (desde o uso expandido de moedas locais até a implementação gradual de uma "unidade de conta" como a R\$) poderiam oferecer insights valiosos sobre as trajetórias mais prováveis e seus potenciais desdobramentos, incluindo análises de risco e resiliência.

Finalmente, uma análise aprofundada da evolução do arcabouço institucional do BRICS, e de como este se adapta (ou não) para suportar níveis mais elevados de integração e governança supranacional, seria fundamental para compreender a capacidade real do bloco de transcender os desafios políticos e de soberania. A cúpula realizada no Brasil em julho de 2025 foi um ponto de deliberação chave e tende a servir como catalisador para novos desenvolvimentos e avenidas de pesquisa que moldam continuamente o entendimento sobre essa iniciativa de peso no cenário global.

Este estudo, portanto, não apenas responde à questão central sobre os desafios e oportunidades da moeda BRICS, mas também serve como um ponto de partida sólido para a reflexão contínua sobre a reconfiguração do sistema financeiro internacional e o papel crescente das economias emergentes nesse novo paradigma multipolar. A jornada para uma "moeda dos BRICS" é complexa e multifacetada, mas os avanços pragmáticos em direção à autonomia financeira demonstram um movimento irreversível em direção a um sistema global mais diversificado e resiliente.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. *Dilma: Banco do BRICS terá 30% da carteira em moedas locais em 2026*. 9 jul. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-07/dilma-banco-do-brics-tera-30-da-carteira-em-moedas-locais-em-2026>. Acesso em: 9 jul. 2025.

BADARÓ, Celeste Cristina Machado, (2007). *A unificação monetária europeia*. Análise, v. 2, p. 07.

BARDIN, Laurence, (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BRASIL. *Declaração de Líderes do BRICS — Rio de Janeiro, 06 de julho de 2025*. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-brics-2014-rio-de-janeiro-06-de-julho-de-2025. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, (2024). *XVI Cúpula do BRICS – 2024 Kazan, Rússia, 22 a 24 de outubro de 2024: Declaração Final*. Brasília: MRE, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRICS Brasil. Dados sobre o BRICS. Brasília, 2025. Disponível em: <<https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/dados-sobre-o-brics>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BPMONEY, (2023). *Dilma empresta US\$ 200 mi do banco dos BRICS para Minas Gerais*. Disponível em: <https://bpmoney.com.br/mercado/dilma-empresta-us-200-mi-do-banco-dos-brics-para-minas-gerais/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

COSTA, Fernando Nogueira da, (2025). *Uma rede monetária alternativa ao dólar*. Jornal GGN, 17 abr. 2025. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/economia/um-rede-monetaria-alternativa-ao-dolar-por-fernando-nogueira-da-costa/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

GEBRICS – Grupo de Estudos sobre os BRICS (USP). *Sistemas de pagamentos internacionais dos BRICS, moeda comum e desdolarização*. São Paulo, 20 out. 2024. Disponível em: <<https://sites.usp.br/gebrics/sistemas-de-pagamentos-internacionais-dos-brics-moeda-comum-e-desdolarizacao/>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos, (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

GOV.BR. *Bancos multilaterais destinam mais de R\$ 1,5 bilhão em apoio ao Rio Grande do Sul*. 17 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/bancos-multilaterais-destinam-mais-de-r-15-bilhoes-em-apoio-ao-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 9 jul. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade (2017). *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2001) *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec.

NDB (New Development Bank). *Annual Report 2024*. Disponível em: www.ndb.int. Acesso em: 08 jul. 2025

OBU, Osiebuni Collins. (2024). *The Economics of a Multi-Geopolitical Currency (the BRICS Digital Currency) for International Trade and Foreign Reserves*. SSRN, 24 mar. 2024. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4770939. Acesso em: 21 jul. 2025.

O GLOBO, 2023. *Presidido por Dilma, Banco dos BRICS empresta US\$ 1 bi para financiar micro e pequenas empresas no Brasil*. 12 out. 2023. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/10/12/presidido-por-dilma-banco-dos-brics-empresta-us-1-bi-para-financiar-micro-e-pequenas-empresas-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 9 jul. 2025.

PODER360. (2023). *Dilma empresta US\$ 200 mi do Banco dos BRICS para Minas Gerais*. Redação Poder360, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/dilma-empresta-us-200-mi-do-banco-dos-brics-para-minas-gerais/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

REDAÇÃO VEJA, (2023). *Dilma aprova empréstimo de US\$ 1 bilhão do Banco dos BRICS ao Brasil*. Veja, 13 out. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/dilma-aprova-emprestimo-de-us-1-bilhao-do-banco-dos-brics-ao-brasil/>. Acesso em: 21 jul. 2025

RIBEIRO, Jackson; MARINGONI, Gilberto, (2019). O banco e o arranjo de reserva dos BRICS em perspectiva: The Bank and the BRICS Reserve Arrangement in Perspective. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, SP, v. 8, n. 2, p. 406–426. DOI: 10.36311/2237-7743.2019.v8n2.09.p406. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/8738>. Acesso em: 9 jul. 2025.

SARAN, Samir. (2013) *More than just a catchy acronym: six reasons why BRICS matters*. Samir Saran, 12 jan. 2013. Disponível em: <https://samirsaran.com/2013/01/12/column-in-safpi-more-than-just-a-catchy-acronym-six-reasons-why-brics-matters/>. Acesso em: 21 jul. 2025

STUENKEL, Oliver. (2017). **BRICS e o futuro da ordem global**. Rio de Janeiro–São Paulo: Paz e Terra. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.saobernardo.sp.gov.br/ebook/brics-e-o-futuro-da-ordem-global-oliver-stuenkel-paz-e-terra>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

WIKIPÉDIA. *Currency union*. [S.l.], (2025). Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Currency_union. Acesso em: 21 jul. 2025.

UMA MOEDA BRICS? (2023). *Revista Fórum*, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opinioao/2023/8/11/uma-moeda-brics-142158.html>. Acesso em: 21 jul. 2025.